



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

**1 EDITAL DO PROCESSO DE COMPRA Nº 449/2018-1  
PREGÃO ELETRÔNICO**

**Objeto:** Aquisição de Caixa de Papelão para armazenar materiais, Bobina de papelão ondulado e Fita adesiva, em papel kraft corrugado, e Caixas Plásticas Organizadoras, Guardanapos e Toalha de papel, conforme Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Edital.

**Registro de Preços:** Não

**Exclusiva ME/EPP:** Não

**Margem de Preferência:** Não

**Valor Total Estimado: R\$ 42.532,05**

**Data e local da disputa:** 05/11/18, até as 13h00 para inserir propostas; e, às 14h00 início da disputa, no endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**Licitação nº BB: 741617**

**Amostra/Manual Técnico Ilustrativo:** Vide Anexo I

**Documentos de Habilitação**

**Vide Anexo II**

**Prazos**

<b>Envio proposta e documentação por meio eletrônico</b>	3 horas úteis após solicitação do pregoeiro	<b>Envio proposta e documentação originais</b>	3 dias úteis após solicitação do pregoeiro
<b>Pedido de esclarecimentos</b>	Até 3 dias úteis anteriores ao pregão	<b>Impugnação</b>	Até 2 dias úteis anteriores ao pregão

**Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame**

[licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)

**Telefones**

(19) 3232-8519 ou 3231-9500 ramais 2521/2523/2580



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

## **EDITAL DO PROCESSO DE COMPRA Nº 449/2018-1 PREGÃO ELETRÔNICO**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, tipo menor preço, regida pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, em especial pelo disposto no Decreto nº 5.450/2005, na Lei Complementar 123/2006, no Decreto nº 8.538/2015 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

### **1. DO OBJETO**

Aquisição de Caixa de Papelão para armazenar materiais, Bobina de papelão ondulado e Fita adesiva, em papel kraft corrugado, e Caixas Plásticas Organizadoras, Guardanapos e Toalha de papel, conforme Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Edital, conforme Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados na licitação – campo “mensagens” do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

### **2. DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO**

- |  |   |
|--|---|
| <b>a. Recebimento das Propostas:</b>   | <b>Até as 13h00 do dia 05/11/2018</b>                                       |
| <b>b. Início da disputa de preços:</b> | <b>05/11/2018, às 14h00</b>   |
| <b>c. Endereço Eletrônico:</b>         | <b><a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a></b> |

**Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília/DF**

2.1. Caso ocorra qualquer circunstância que impeça a realização da disputa na data designada, será aberta a sessão no dia útil subsequente, no mesmo horário. Eventual desconexão do(a) Pregoeiro(a) ou indisponibilidade do sistema eletrônico durante o correr da disputa encontra-se regulada no item 6.11. do presente.

2.2. Prevalecerão os termos do presente Edital, na hipótese de eventuais divergências com as informações postadas no sistema de licitações do Banco do Brasil ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)).

### **3. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES**

3.1. Os interessados em participar do Pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para o acesso ao sistema eletrônico, obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

3.1.1. É de exclusiva responsabilidade do licitante o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico, quer pelo seu representante, quer por terceiros, ainda que indevidamente.

3.2. Eventuais dúvidas relativas ao sistema [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) poderão ser sanadas pelos telefones do “BB Responde”: 4004-0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-7290001 (demais localidades), ou 3003-0500 (Suporte Técnico) e por meio do site <http://www.licitacoes-e.com.br>, opção “Solicitação de Credenciamento no licitações”.

3.3. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.



3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente a data e horário limites estabelecidos no item 2, alínea "a" para o recebimento das propostas.

4.1.1. O acesso para a informação dos dados deverá ser feito na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "**Acesso Identificado**".

4.1.2. O licitante deverá OBRIGATORIAMENTE enviar sua proposta comercial, por meio eletrônico, conforme instruções do sistema.

4.1.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. (órgão provedor do sistema) ou ao TRT, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, antes de registrar sua proposta, o tipo de segmento quanto ao faturamento, que **cumprirá plenamente os requisitos de habilitação**, bem como que **a proposta está em conformidade com as exigências editalícias**, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento convocatório, na hipótese de prestação de declaração falsa.

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

4.3.1. Em processo de falência, de recuperação judicial, extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.3.2. Que estejam enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

4.3.3. Que possuam registros impeditivos de contratação em nome da empresa e de seus sócios no:

4.3.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no sítio [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br);

4.3.3.2. Cadastro de Empresas Apenadas deste E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (<http://portal.trt15.jus.br/empresas-apanadas>);

4.3.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (CNIA obtida em [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

4.3.3.4. Sistema de empresas Inabilitadas e Inidôneas do Tribunal de Contas da União nos termos do artigo 46 da Lei Federal nº 8.443/1992 – LOTCU, (obtida em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao/inidoneos>);

4.3.4. Qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), atuando nessa condição – TCU, Acórdão 746/2014, Plenário;

4.3.5. Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



#### 4.3.6. Estrangeiras que não funcionem no País

### 5. DA PROPOSTA ELETRÔNICA

**5.1.** O licitante deverá consignar em campo próprio do sistema eletrônico ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)), até a data e horário marcados para recebimento das propostas, o **VALOR TOTAL POR LOTE (de acordo com o especificado no Anexo I – Termo de Referência)**, expresso em Reais, em algarismos, já considerados todos os impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas.

5.2. O critério de aceitabilidade dos preços será de acordo com os valores praticados no mercado, observados os valores estimados por este Tribunal (Anexo I).

### 6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Até o prazo limite para acolhimento das propostas, previsto no item 2, alínea "a", os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.2. A partir do horário previsto no item 2, alínea "b", a sessão pública será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a).

6.3. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.3.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, no horário previsto no item 2, alínea "b".

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. Em caso de empate, prevalecerá o lance que for recebido e registrado primeiro.

6.8. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances.

6.8.1. Caso ocorra o empate previsto no item 6.8, o sorteio das empresas em situação de empate ocorrerá no 1º dia útil posterior à disputa, às 14 horas, no Auditório do Edifício-Sede Administrativo, localizado na Rua Doutor Quirino, 1.080, 5º andar, Centro, Campinas/SP, na presença dos licitantes e demais pessoas que comparecerem para assistir ao ato público

6.9. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.



6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.11. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11.1. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.11.2. Na hipótese de ocorrência de total indisponibilidade do sistema eletrônico, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, que deverá ser retomada às **14h00** do dia útil subsequente.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a). O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até **30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

## **7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam (art. 44, § 2º, da Lei Complementar 123/2006) até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

7.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do(a) Pregoeiro(a), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.1.2. Não havendo apresentação de proposta na forma do subitem 7.1.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.3. O não exercício do direito de preferência ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora.

7.1.4. O disposto no subitem 7.1 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que desejar fazer jus ao direito de preferência outorgado pela Lei Complementar nº 123/06, deverá observar o disposto no subitem 12.5 e subsequentes.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a)



Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

8.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.2 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.4.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.

8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Sempre que a proposta não for aceita, ou houver desclassificação ou inabilitação, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar a subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/2006.

## **9. DA NEGOCIAÇÃO**

9.1. Poderá o(a) Pregoeiro(a), encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas no edital.

9.1.1. Todo o procedimento indicado no subitem 9.1 poderá ser acompanhado pelos demais licitantes.

9.1.2. A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (chat) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.



## 10. DA PROPOSTA ATUALIZADA DE PREÇOS

10.1. A empresa detentora do menor lance deverá encaminhar, **no prazo de 3 (três) horas úteis**, contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, a **Proposta Atualizada de Preços**, readequada ao lance vencedor ofertado, devidamente preenchida conforme modelo do Anexo III, por fac-símile (19) 3236-1162, ou por meio eletrônico ([licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)). Deverá encaminhar, ainda, os documentos de habilitação conforme item "DA HABILITAÇÃO" deste edital. O envio dos originais/autenticados, ocorrerá em momento posterior, conforme disposto no subitem 12.5.3.

10.1.1. A Proposta Atualizada de Preços deverá ser datilografada ou digitada, vedada sua apresentação manuscrita, sem emendas, adendos ou rasuras, e **devidamente assinada pelo representante legal da empresa**, não se admitindo, no preenchimento dos valores, o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

10.1.2. Considera-se, para efeito de **hora útil**, o horário compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

10.2. Por ocasião da apresentação da Proposta Atualizada de Preços, a empresa deverá informar seus dados bancários, tais como número da conta e dígito, número da agência e dígito e nome do banco (ver Anexo III).

## 11. DA VALIDADE DA PROPOSTA

11.1. As propostas apresentadas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento da sessão pública do pregão.

11.2. A recusa do licitante em atender a este prazo mínimo, ainda que outro menor conste de sua proposta, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, conforme disposto no item deste instrumento denominado "DAS SANÇÕES".

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1. O(A) Pregoeiro(a) verificará, previamente à fase de habilitação, a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos cadastros impeditivos de licitar ou contratar, em nome da empresa e de seus sócios.

12.2. Somente será julgada habilitada a empresa que apresentar toda a documentação em conformidade com as exigências estabelecidas no Anexo II deste Edital.

12.2.1. Os documentos de habilitação relacionados no Anexo II e as declarações constantes dos Anexos a este instrumento denominados "MODELO DE DECLARAÇÕES GERAIS" e "MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP", deverão ser remetidos, via endereço eletrônico ou fac-símile, **nos mesmos termos especificados no subitem 10.1.**, a partir da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema licitacoes-e.

12.3. Os documentos necessários à habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão.

12.4. O(A) Pregoeiro(a) procederá à conferência de todos os documentos que ensejem sua verificação na *Internet* e, quando não enviados, imprimirá os que se encontrarem



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

disponíveis.

12.5. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que desejar fazer jus ao direito de preferência outorgado pela Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar a conformidade com os incisos I ou II do art. 3º da referida Lei, por meio do envio, no prazo estabelecido no subitem 10.1., do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível ou do Imposto de Renda onde conste a Receita Bruta do mesmo exercício. Outrossim, deverá apresentar declaração, devidamente assinada por seu representante legal, de que faz jus aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06 (MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP) anexa a este instrumento.

12.5.1. Não comprovada a conformidade com o subitem 12.5, a empresa ficará sujeita à aplicação das sanções descritas no item "DAS SANÇÕES" deste Edital.

12.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa ou à empresa de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.5.2.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 12.5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12.5.3. A arrematante deverá encaminhar os documentos de habilitação bem como a proposta na forma original/autenticado e todos anexos, de forma presencial ou por remessa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema de licitações-e, conforme endereço abaixo:**

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região  
A/C Coordenadoria de Licitações  
Rua Dr. Quirino, nº 1.080 - 5º andar - Centro  
Campinas/SP - CEP 13015-081

### **13. DO JULGAMENTO E DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

13.1. No julgamento da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.2. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

13.3. No caso de inabilitação verificar-se-á novamente a eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/2006. O (a) Pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências. O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.4. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, será declarado o vencedor e adjudicado a este o objeto do certame, sendo o adjudicatário convocado para retirar



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

a nota de empenho no prazo e condições definidos no item "PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO" do Termo de Referência – Anexo I ao Edital.

13.5. Da sessão pública do Pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, que estará disponibilizada na *Internet* para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão.

## 14. DOS RECURSOS

14.1. Confirmada a regularidade da Proposta Atualizada de Preços e dos documentos habilitatórios do licitante vencedor, será aberto prazo para demais licitantes manifestarem intenção de recorrer.

14.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, com registro da síntese de suas razões, **no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) minutos**, findo o qual restará inquestionável, por via de consequência, a preclusão ao direito de interposição recursal.

14.2.1. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, a partir de então, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.2.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.3. Eventual recurso deverá ser dirigido ao Senhor Diretor-Geral deste E. Tribunal, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), e ser entregue no Protocolo Administrativo, localizado na rua Barão de Jaguará, 901, 4º andar, Centro, CEP 13015-927, Campinas/SP, no prazo definido no subitem 14.2.1.

14.3.1. Não obstante o disposto no subitem 14.3, o recurso deverá ser encaminhado, na mesma data por e-mail, ao endereço [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br). O envio por e-mail não supre a necessidade disposta no subitem 14.3.

14.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

14.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## 15. DAS SANÇÕES

A empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos seguintes casos, garantidos o contraditório e a prévia defesa, observadas as disposições da Norma Operacional DIRAD/SE/MP nº 2, de 17 de março de 2017:

- I - não apresentar documentação exigida para o certame;
- II - apresentar declaração falsa;
- III - ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV - não mantiver a proposta;
- V - falhar ou fraudar na execução do ajustado;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

- VI - comportar-se de modo inidôneo, nos termos da lei;
- VII - cometer fraude fiscal;
- VIII - não retirar a Nota de Empenho

## **16. DO FORO**

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente aquisição.

## **17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

17.1. Eventuais esclarecimentos e/ou providências referentes ao presente certame poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a) por quaisquer interessados, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br) ou pelo telefone (19) 3231-9500, ramal 2521 ou 2523. O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre o pedido, disponibilizando as respostas diretamente no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no campo "MENSAGENS", no link correspondente a este Edital.

17.2. O ato convocatório deste pregão poderá ser impugnado por qualquer pessoa, física ou jurídica, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

17.3. Considera-se, para efeito de dia útil, o período compreendido entre segunda e sexta-feira, das 08 às 18 horas, com exceção de feriados e recessos forenses.

## **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. Os julgamentos de recursos, as notificações de decisões, bem como a instrução para realização de atos pelas empresas poderão ser realizadas por transmissão eletrônica, fac-símile ou ofício, cujo envio será certificado pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.

18.2. Aplicam-se às omissões deste instrumento convocatório, os princípios e as disposições legais e regulamentares que regem a matéria, especialmente as indicadas no preâmbulo deste edital.

18.3. Este Instrumento de edital é proveniente de Termo de Referência devidamente aprovado pela autoridade competente, conforme inciso II, artigo 9º do Decreto 5.450/2005.

Campinas, 19 de outubro de 2018.

Viviane Mendes Marques  
Pregoeiro(a) responsável pelos procedimentos  
Artigo 11, Decreto 5.450/2005.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

## ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**1.1.** Aquisição de Caixa de Papelão para armazenar materiais, Bobina de papelão ondulado, Fita adesiva em papel kraft corrugado, Caixas Plásticas Organizadoras, Guardanapos e Toalha de papel, conforme este Termo de Referência

#### 1.1.1 Descrição detalhada dos lotes

- **Lote 01:** Caixa de Papelão para armazenar materiais.

Caixa de Papelão Ondulado;

Papelão onda dupla;

Modelo tipo maleta;

Sem impressão;

Semi Craft;

Gramatura: 680G, com variação de 1,5% para mais.

Medidas: 700mm de largura X 500mm de profundidade X 270mm de altura;

Não serão admitidas variações nas medidas pois as caixas de papelão são acondicionadas em caixas plásticas com medidas padrão

QUANTIDADE: 2.000 UN.

- **Lote 02:** Fita adesiva, em papel kraft corrugado.

Fita adesiva em papel kraft corrugado, nas medidas 48mm de largura X 50 metros de comprimento

Serão admitidas variações de 0,5% (meio por cento), para mais, nas medidas indicadas.

QUANTIDADE: 1.000 UN.

- **Lote 03:** Bobina de papelão ondulado

Papelão ondulado, para embalagem, em bobinas de 1200mm largura X 40metros comprimento.

Parede simples. Estrutura formada por um elemento ondulado (miolo) colado, em ambos os lados, a elementos planos (capas).

Tipo de onda: C

Espessura do papelão ondulado: 3,5/4,0 mm

Nº de ondas em 10 cm: de 13 a 15

Serão admitidas variações de 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, nas medidas indicadas.

QUANTIDADE: 40 UN.

- **Lote 04:** Caixas Plásticas Organizadoras, conforme abaixo descrito.

a) Item 01 - Aquisição de caixas plásticas organizadoras com as seguintes características:

Capacidade: 1 litro.

Dimensões externas LarguraXComprimentoXAltura: 10x16x7,5 cm.

Material: PP - Polipropileno.

Empilhável.

Frente com vão para acesso aos produtos.

Espaço para cartão de identificação.

Encaixe traseiro para estante.

Reforço nas laterais.

Cor: Azul

Modelo de Referência: Gaveteiro BIN- número 03 - Caixas Plásticas Curitiba - ref. GB3-K - ou similar.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

QUANTIDADE: 41 UN.

b) Item 02 – Aquisição de caixas plásticas organizadoras com as seguintes características:  
Capacidade: 4 litros.

Dimensões externas LarguraxComprimentoxAltura: 15,5x25x12 cm.

Material: PP - Polipropileno.

Empilhável.

Frente com vão para acesso aos produtos.

Espaço para cartão de identificação.

Encaixe traseiro para estante.

Reforço nas laterais.

Cor: Azul

Modelo de Referência: Gaveteiro BIN- número 05 - Caixas Plásticas Curitiba - ref. GB5-K – ou similar.

QUANTIDADE: 21 UN.

c) Item 03 - Aquisição de caixas plásticas organizadoras com as seguintes características:  
Capacidade: 8 litros.

Dimensões externas LarguraxComprimentoxAltura: 18,5x29x15 cm.

Material: PP - Polipropileno.

Empilhável.

Frente com vão para acesso aos produtos.

Espaço para cartão de identificação.

Encaixe traseiro para estante.

Reforço nas laterais.

Cor: Azul

Modelo de Referência: Gaveteiro BIN- número 06 - Caixas Plásticas Curitiba - ref. GB6-T – ou similar.

QUANTIDADE: 25 UN.

d) Item 04 - Aquisição de caixas plásticas organizadoras com as seguintes características:  
Capacidade: 23 litros.

Dimensões externas LarguraxComprimentoxAltura: 41x34x17,5 cm.

Material: PP - Polipropileno.

Empilhável.

Frente com vão para acesso aos produtos.

Espaço para cartão de identificação.

Encaixe traseiro para estante.

Reforço nas laterais.

Cor: Azul

Modelo de Referência: Gaveteiro BIN- número 07A - Caixas Plásticas Curitiba - ref. GB7A-B – ou similar.

QUANTIDADE: 10 UN.

e) Item 05 - Aquisição de caixas plásticas organizadoras com as seguintes características:  
Capacidade: 26 litros.

Dimensões externas LarguraxComprimentoxAltura: 31,5x43,5x19 cm.

Material: PP - Polipropileno.

Empilhável.

Frente com vão para acesso aos produtos.

Espaço para cartão de identificação.

Encaixe traseiro para estante.

Reforço nas laterais.

Cor: Azul

Modelo de Referência: Gaveteiro BIN- número 08 - Caixas Plásticas Curitiba - ref. GB8-K – ou similar.



QUANTIDADE: 10 UN.

**- Lote 05:**

Item	Descrição	Quantidade
01	Guardanapo de papel descartável, com folhas duplas, nas medidas aproximadas de 33,5 cm x 33,0 cm (admitida variação de até 10%), de composição de fibras 100% naturais, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600 pacotes
02	Guardanapo de papel descartável, nas medidas aproximadas de 22,0 cm x 23,0 cm (admitida variação de até 10%), acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600 pacotes
03	Toalha de papel, tipo folha simples, quantidade toalha 60, comprimento 22 cm, largura 20 cm, cor branca (admitida variação de até 10%). Pacotes com 02 rolos cada.	70 pacotes

**1.1.2. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

1.1.2.1. O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar amostra do objeto proposto, para análise do Setor responsável conforme abaixo:

**a) Lote 01:** As amostras serão analisadas pelo Setor responsável e serão reprovadas as amostras que:

- Não apresentarem a gramatura do papelão solicitada;
- Não apresentarem medidas exigidas;
- Não forem do modelo estabelecido.

-Amostras que vierem desacompanhadas de certificado CERFLOR, FSC ou similar, não serão analisadas.

**b) Lote 02:** O Setor responsável verificará se o material atende aos requisitos de qualidade e resistência necessários para o desenvolvimentos dos trabalhos da seção, dentre eles: o lacre de embalagens. Verificará, ainda, se atende às medidas indicadas.

**c) Lote 03:** O Setor responsável verificará se a amostra atende as especificações do material e ao fim destinado.

**d) Lote 04:**

**Item 01** - A empresa vencedora deverá apresentar 01 (uma) unidade do produto como amostra, a qual deverá atender às especificações exigidas, sendo reprovadas as amostras:

- 1) cujas dimensões sejam diferentes das descritas, aceitando-se a variação de 2 (dois) mm;
- 2) cuja capacidade seja diferentes das descritas, aceitando-se a variação de 2% (dois por cento);
- 3) cujo material de fabricação não seja polipropileno;
- 4) que não sejam empilháveis ou que seu empilhamento seja defeituoso.
- 5) que não apresentem frente com vão para acesso aos produtos.
- 6) que não tenham espaço frontal para cartão de identificação.
- 7) que não tenham encaixe traseiro para estante.
- 8) que não tenham reforço nas laterais.
- 9) que não sejam da cor azul.
- 10) que o produto apresente rebarbas, trincos, quebraduras ou qualquer tipo de defeito que demonstre má fabricação do produto.

Caso sejam da marca e modelo de referência, dispensamos a amostra.

**Item 02** – Não será necessário o envio de amostra.



**Item 03** - A empresa vencedora deverá apresentar 01 (uma) unidade do produto como amostra, a qual deverá atender às especificações exigidas, sendo reprovadas as amostras:

- 1) cujas dimensões sejam diferentes das descritas, aceitando-se a variação de 2 (dois) mm;
- 2) cuja capacidade seja diferentes das descritas, aceitando-se a variação de 2% (dois por cento);
- 3) cujo material de fabricação não seja polipropileno;
- 4) que não sejam empilháveis ou que seu empilhamento seja defeituoso.
- 5) que não apresentem frente com vão para acesso aos produtos.
- 6) que não tenham espaço frontal para cartão de identificação.
- 7) que não tenham encaixe traseiro para estante.
- 8) que não tenham reforço nas laterais.
- 9) que não sejam da cor azul.
- 10) que o produto apresente rebarbas, trincos, quebras ou qualquer tipo de defeito que demonstre má fabricação do produto.

Caso sejam da marca e modelo de referência, dispensamos a amostra.

**Item 04** - A empresa vencedora deverá apresentar 01 (uma) unidade do produto como amostra, a qual deverá atender às especificações exigidas, sendo reprovadas as amostras:

- 1) cujas dimensões sejam diferentes das descritas, aceitando-se a variação de 2 (dois) mm;
- 2) cuja capacidade seja diferentes das descritas, aceitando-se a variação de 2% (dois por cento);
- 3) cujo material de fabricação não seja polipropileno;
- 4) que não sejam empilháveis ou que seu empilhamento seja defeituoso.
- 5) que não apresentem frente com vão para acesso aos produtos.
- 6) que não tenham espaço frontal para cartão de identificação.
- 7) que não tenham encaixe traseiro para estante.
- 8) que não tenham reforço nas laterais.
- 9) que não sejam da cor azul.
- 10) que o produto apresente rebarbas, trincos, quebras ou qualquer tipo de defeito que demonstre má fabricação do produto.

Caso sejam da marca e modelo de referência, dispensamos a amostra.

**Item 05** - A empresa vencedora deverá apresentar 01 (uma) unidade do produto como amostra, a qual deverá atender às especificações exigidas, sendo reprovadas as amostras:

- 1) cujas dimensões sejam diferentes das descritas, aceitando-se a variação de 2 (dois) mm;
- 2) cuja capacidade seja diferentes das descritas, aceitando-se a variação de 2% (dois por cento);
- 3) cujo material de fabricação não seja polipropileno;
- 4) que não sejam empilháveis ou que seu empilhamento seja defeituoso.
- 5) que não apresentem frente com vão para acesso aos produtos.
- 6) que não tenham espaço frontal para cartão de identificação.
- 7) que não tenham encaixe traseiro para estante.
- 8) que não tenham reforço nas laterais.
- 9) que não sejam da cor azul
- 10) que o produto apresente rebarbas, trincos, quebras ou qualquer tipo de defeito que demonstre má fabricação do produto.

Caso sejam da marca e modelo de referência, dispensamos a amostra.

**e) Lote 05:**

**Item 01** - guardanapo de papel descartável 33,5 cm x 33 cm - Análise quanto às folhas duplas, medidas e composição de 100% fibras naturais.

**Item 02** - guardanapo de papel descartável 23 cm x 22 cm - Análise da qualidade do produto ofertado e medidas.



1.1.2.2. A amostra entregue será submetida à área requisitante, para análise e respectivo parecer técnico, sendo verificado se os produtos ofertados contemplam as especificações solicitadas.

1.1.2.3. O parecer elaborado pela área requisitante, relatando a análise da amostra, será tornado público, pelo(a) Pregoeiro(a), na sessão pública do Pregão.

1.1.2.4. Não aprovados os produtos, nos termos do parecer da área requisitante ou, ainda, não apresentada a amostra, a proposta da empresa será desclassificada, e o(a) Pregoeiro(a) analisará as propostas subsequentes.

1.1.2.5. Aprovados os produtos, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

1.1.2.6. A amostra:

- a) deve ser enviada no prazo de 03 (três) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro(a);
- b) deve portar etiqueta com a identificação do produto, permitindo o reconhecimento de marca, com indicação do nome da empresa licitante e do número do processo licitatório;
- c) a amostra que for rejeitada, por não atender às especificações, deverá ser retirada das dependências deste E. Tribunal, a partir da homologação do certame, no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Para tanto, a empresa deverá entrar em contato com a área requisitante solicitando o agendamento para retirada. Vencido o prazo, à amostra será dado destino que melhor convier a este Órgão;
- d) para análise do produto, a amostra poderá ser destruída. Assim, a amostra será devolvida à empresa licitante no estado em que se encontrar, eximindo-se este Tribunal de qualquer ônus por inutilização ou dano decorrente dos testes efetuados;
- e) a amostra apresentada pela empresa vencedora do certame ficará retida, até o término da contratação, para comparação com os produtos entregues e, sob hipótese alguma poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido.

## 1.2. GARANTIA

1.2.1. Para os lotes 01 a 03, o prazo de garantia é de, no mínimo, 01 (um) ano, contado a partir do recebimento definitivo dos materiais.

1.2.2. Para o lote 04, o prazo de garantia mínimo é de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento definitivo dos materiais.

1.2.3. Para o lote 05, o prazo de validade mínimo dos produtos é de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de seu recebimento definitivo por este E. Tribunal.

## 1.3. ORÇAMENTO ESTIMADO

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Caixa de Papelão para armazenar materiais, conforme especificações deste Termo de Referência	2.000 un.	10,41	20.820,00
<b>VALOR TOTAL – LOTE 01 (R\$)</b>			<b>20.820,00</b>	

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	-----	----------------	-------------



			<b>(R\$)</b>	<b>(R\$)</b>
02	Fita adesiva, em papel kraft corrugado, conforme especificações deste Termo de Referência	1.000 un.	9,79	9.790,00
<b>VALOR TOTAL – LOTE 02 (R\$)</b>			<b>9.790,00</b>	

<b>LOTE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
03	Bobina de papelão ondulado, conforme especificações deste Termo de Referência	40 un.	157,50	6.300,00
<b>VALOR TOTAL – LOTE 03 (R\$)</b>			<b>6.300,00</b>	

<b>LOTE 04</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
1	Caixas plásticas organizadoras – 1 litro, conforme especificações deste Termo de Referência	41 un.	2,24	91,84
2	Caixas plásticas organizadoras – 4 litros, conforme especificações deste Termo de Referência	21 un.	4,01	84,21
3	Caixas plásticas organizadoras – 8 litros, conforme especificações deste Termo de Referência	25 un.	6,56	164,00
4	Caixas plásticas organizadoras – 23 litros, conforme especificações deste Termo de Referência	10 un.	22,50	225,00
5	Caixas plásticas organizadoras – 26 litros, conforme especificações deste Termo de Referência	10 un.	17,97	179,70
<b>VALOR TOTAL – LOTE 04 (R\$)</b>			<b>744,75</b>	

<b>LOTE 05</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
1	Guardanapo de papel descartável, com folhas duplas, nas medidas aproximadas de 33,5 cm x 33,0 cm, de composição de fibras 100% naturais, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600 pacotes	5,33	3.198,00
2	Guardanapo de papel descartável, nas medidas aproximadas de 22,0 cm x 23,0 cm, acondicionados em pacotes com 50 unidades.	600 pacotes	2,24	1.344,00
3	Toalha de papel, tipo folha simples, quantidade toalha 60, comprimento 22 cm, largura 20 cm, cor branca. Pacotes com 02 rolos cada.	70 pacotes	4,79	335,30
<b>VALOR TOTAL – LOTE 05 (R\$)</b>			<b>4.877,30</b>	



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO – TODOS OS LOTES (R\$):</b>	<b>42.532,05</b>
---	------------------

**1.3.1.** Classificação Orçamentária

- Lotes 01, 03 e 04

02.122.0571.4256.3474 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no  
Município de Campinas-SP - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
33.90.30 - material de consumo  
19 - material acondicionamento e embalagem

- Lote 02

02.122.0571.4256.3474 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no  
Município de Campinas-SP - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
33.90.30 - material de consumo  
16 - material de expediente

- Lote 05 – itens 1 e 2

02.122.0571.4256.3474 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no  
Município de Campinas-SP - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
33.90.30 - material de consumo  
21 - material copa e cozinha

- Lote 05 – item 3

02.122.0571.4256.3474 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no  
Município de Campinas-SP - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
33.90.30 - material de consumo  
22 - material limpeza e prod.de higienização

A presente despesa será atendida à conta da Lei Orçamentária nº 13.587/2018.

## 2. SUSTENTABILIDADE

2.1. **Os lotes 01, 03 e 05** devem atender ao especificado no Item 5.1.1 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – Conselho Superior da Justiça do Trabalho, 2ª Edição:

"5.1.1. Material de Expediente e de Gráfica

As aquisições de produtos oriundos da madeira devem observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-STD-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC. Para produtos



que utilizem papel reciclado deve ainda ser observada a conformidade com a norma ABNT NBR 15755:2009 que define esse material com base no conteúdo de fibras recicladas.".

2.2. Os itens dos Lotes 01, 03 e 05 ficam sujeitos à apresentação do Certificado da Cadeia de Custódia e/ou do Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC.

### 3. PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 O prazo de entrega é de:

- a) Para os lotes 01 a 04 - 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;
- b) Para o lote 05 - 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

#### 3.1.1. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

- a) **Lotes 01 a 03** - Endereço: Rua Ângela Signori Grigol, nº 05, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo - Campinas/SP. Horário para Entrega: De segunda à sexta, das 10h às 12h e das 13h às 17 horas. As entregas deverão ser agendadas junto à Seção de Almojarifado, por meio dos telefones: (19) 3288-0040 / 3289-2778.
- b) **Lote 04** - Endereço: Rua Barão de Jaguará, 901, Centro de Campinas/SP. Horário para Entrega: De segunda a sexta, das 11h às 18 horas. As entregas deverão ser agendadas junto à Seção de Multimídia, por meio do telefone (19) 3236-2100, ramal 1499 ou 1498.
- c) **Lote 05** - Endereço: Rua Ferreira Penteado, 871, Centro de Campinas/SP. Seção de Copa. Horário para Entrega: De segunda a sexta, das 08 às 17 horas. As entregas deverão ser agendadas junto à Seção de Copa, por meio do telefone (19) 3236-2100 - ramal 2090.

### 4. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1 Fornecer os produtos em conformidade com as especificações e no prazo exigidos neste Termo de Referência.
- 4.2 Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.
- 4.3 Observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/05/2012), em especial as seguintes:
  - 4.3.1 Comprovar, antes da efetivação desta aquisição, sob pena de cancelamento do ajuste:
    - a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; e
    - b) Não ter sido condenado, o FORNECEDOR ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da



Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

## **5 RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

- 5.1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.
- 5.2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade e integridade dos produtos entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

## **6 OBRIGAÇÕES DO TRT**

- 6.1. O TRT se compromete a:
- I - Permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos materiais, nos horários estabelecidos;
  - II- Efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e recebidos definitivamente pelo Coordenador responsável.

## **7 PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

- 7.1. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ou correspondência eletrônica ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua aparelho de fac-símile ou endereço eletrônico, a Nota de Empenho deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.
- 7.1.1. Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega dos materiais.
- 7.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.
- 7.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do FORNECEDOR, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da adjudicação, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

## **8 RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO**



- 8.1 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93.
- 8.2 O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo Coordenador responsável, por parte deste TRT.
- 8.2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, os valores unitário e total, bem como o número do processo que deu origem à aquisição.
- 8.3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.
- 8.4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório.
- 8.4.1. Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura / boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS / PASEP, COFINS, ISSQN, INSS).
- 8.4.2. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela empresa e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos por este E. TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.
- 8.4.3. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o FORNECEDOR efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 8.4.4. Na data de emissão da ordem bancária, o FORNECEDOR deverá possuir, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou força maior.
- 8.4.4.1. Cessadas as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da empresa vencedora e, caso seja verificada irregularidade, o ajuste poderá ser rescindido por culpa da empresa vencedora, a critério do TRT, nos termos do item 9.6, com a aplicação das penalidades cabíveis.



8.4.4.2. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

8.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pela contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ ; onde:

EM=encargos moratórios devidos;

N=números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I=índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP=valor da prestação em atraso.

## 9. SANÇÕES

9.1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contadas a partir do prazo final definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).

9.2. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

9.2.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento - AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

9.3. A aplicação das multas estabelecidas no subitem 9.1, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

9.4. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

9.5. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos produtos em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.

9.6. A rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos produtos, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou dos produtos não entregues.

## 10. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO



10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelo coordenador responsável, deste TRT.

10.1.1. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

## **11. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DO FORNECEDOR**

11.1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente aquisição poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.

No uso de minhas atribuições, APROVO o presente Termo de Referência.

Campinas, 19 de outubro de 2018.

**Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**  
**Diretor-Geral**



## **ANEXO II AO EDITAL - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

### **1. Habilitação jurídica**

#### a) PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO:

- Empresa individual: o registro na Junta Comercial;
- Sociedade empresária (que não as sociedades por ações): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;
- Sociedade por ações: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição dos administradores;
- Sociedade simples: ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.1 as peças dos contratos e estatutos sociais apresentadas deverão ser suficientes para demonstrar as normas vigentes da sociedade, principalmente quanto a seu quadro societário, localização, objeto, forma de representação e representantes;

1.2 a apresentação de estatutos e contratos sociais consolidados dispensa a apresentação de documentos a eles anteriores;

1.3 é desnecessária a apresentação de alterações de estatuto ou contrato social que se refiram apenas a mudanças no capital da empresa, bem como alterações intermediárias que apenas expressem cláusulas que não estejam mais vigentes;

1.4 os documentos deste item "Habilitação jurídica" deverão ser referentes à matriz e, caso a unidade da empresa participante da licitação seja filial, deverão ser apresentados estatutos ou contratos sociais em que conste a criação da filial, assim como seu objeto, sua representação e sua localização.

### **2. Regularidade fiscal e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- c) Prova de regularidade previdenciária e fiscal (federal, estadual e municipal).
- d) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho.



2.1. a regularidade fiscal deverá ser entendida de forma ampla, incluindo débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa. No caso do fisco municipal, deverá ser comprovada, no que couber, a regularidade, tanto perante os débitos mobiliários como imobiliários.

2.2. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.3. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, conforme Art. 43 da LC 123/2006.

2.4. as empresas que possuírem credenciamento junto ao SICAF plenamente válido no dia da sessão e Declaração emitida por meio do SIASG/SICAF, poderão enviá-la, em substituição aos documentos referentes à Regularidade Fiscal Federal, Estadual e Municipal (alínea c).

2.5. caso a unidade empresarial a se habilitar seja filial, todos os documentos deste item "Regularidade fiscal e trabalhista" deverão a ela se referir. Excetuam-se as certidões emitidas para a unidade matriz que forem válidas para as filiais.

### 3. **Qualificação econômico-financeira** (Acórdão 891/2018 Plenário e Instrução Normativa nº 03/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.1.1. Para empresas regidas pela legislação empresarial, certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa.

3.1.1.1. Na hipótese de haver na sede da pessoa jurídica ou no domicílio da pessoa física cartórios que funcionem à revelia do distribuidor, destes também serão exigidas certidões negativas.

3.1.2. Para empresas constituídas como sociedades simples, não sujeitas à legislação comercial, certidão negativa de distribuição, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa, incluindo a negativa de insolvência.

3.1.2.1. Poderá ser apresentada certidão positiva de distribuição, desde que esteja acompanhada de certidões ou documentos emitidos posteriormente àquela certidão, que comprovem não se tratar de ações de declaração de insolvência.

3.2. A documentação exigida neste item "Qualificação econômico-financeira" deverá ser referente à matriz da empresa, mesmo que a unidade a se habilitar seja filial.

### 4. **Qualificação técnica**

4.1. Para todos os lotes, a empresa licitante deverá comprovar sua qualificação técnica por meio do seguinte documento:

a) Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove de o fornecimento de, no mínimo, 50% do quantitativo total solicitado para o objeto a ser contratado.

4.2. Caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) requisitado(s),



apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram entregues os produtos.

## **5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

5.1. Declaração firmada pelo representante legal da empresa quanto ao uso de mão-de-obra de menor (Anexo IV).

5.2. Caso a unidade empresarial a se habilitar seja filial, o documento supra deverá a ela se referir.

### **TEMOS A ESCLARECER:**

- os documentos apresentados deverão ser legíveis e em original, ou por processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração, à vista da apresentação dos respectivos originais;
- não precisarão ser autenticadas as cópias de documentos e certidões cuja autenticidade possa ser verificada pela Internet;
- as certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas nos seis meses anteriores à data de apresentação neste Tribunal;
- a ausência de qualquer dos documentos relacionados nos itens supracitados impossibilitará a habilitação da empresa no presente certame;
- o ramo de atividade da empresa deverá referir-se, obrigatoriamente, à unidade licitante e ao objeto deste Pregão;
- se os dados da unidade empresarial proponente não coincidirem com os dados da unidade cadastrada, o licitante será considerado inabilitado;
- as empresas que possuírem credenciamento junto ao SICAF plenamente válido no dia da sessão e Declaração emitida por meio do SIASG/SICAF, poderão enviá-la, em substituição aos documentos referentes à Regularidade Fiscal Federal, Estadual e Municipal;
- As empresas que possuírem cadastramento no Sistema Informatizado de Registro Cadastral (SIRC) do TRT da 15ª Região poderão enviar o Certificado de Registro Cadastral, plenamente válido no dia da sessão, em substituição aos documentos relacionados neste Anexo.



### ANEXO III AO EDITAL - PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Lote** para a Aquisição de Caixa de Papelão para armazenar materiais, Bobina de papelão ondulado, Fita adesiva, em papel kraft corrugado, e Caixas Plásticas organizadoras, Guardanapos e Toalha de papel, conforme Termo de Referência - Anexo I, parte integrante do Edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados na licitação - campo "mensagens" do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Caixa de Papelão para armazenar materiais	2.000		
<b>VALOR TOTAL - LOTE 01 (R\$)</b>				

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	Fita adesiva, em papel kraft corrugado	1.000		
<b>VALOR TOTAL - LOTE 02 (R\$)</b>				

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	Bobina de papelão ondulado	40		
<b>VALOR TOTAL - LOTE 03 (R\$)</b>				

LOTE 04				
Item	DESCRIÇÃO	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Caixas plásticas organizadoras - 1 litro	41		
2	Caixas plásticas organizadoras - 4 litros	21		
3	Caixas plásticas organizadoras - 8 litros	25		
4	Caixas plásticas organizadoras - 23 litros	10		
5	Caixas plásticas organizadoras - 26 litros	10		
<b>VALOR TOTAL - LOTE 04 (R\$)</b>				



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

<b>LOTE 05</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
1	Guardanapo grande – pacote com 50 un	600		
2	Guardanapo pequeno – pacote com 50 un	600		
3	Toalha de Papel – pacote com 02 rolos	70		
<b>VALOR TOTAL – LOTE 05 (R\$)</b>				

**Observação: Deverá ser indicada a marca/modelo de cada item.**

**Proposta válida por 90 (noventa) dias.**

#### **DADOS DA EMPRESA**

NOME DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº

Dígito nº

Conta Corrente nº

Dígito nº:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa licitante



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

#### **ANEXO IV AO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÕES GERAIS**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA:**

I - para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ou emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

II - para fins do disposto na Resolução CSJT nº 103, de 25 de maio de 2012, não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

III - que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.

IV - sob as penas da lei nº 6.938/1981, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

V - que está ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), bem como das disposições da Resolução nº 103, de 25/05/2012, do CSJT.

VI - que está ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais **caso** exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

---

Cidade / data.

---

Carimbo e assinatura do representante legal.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 449/2018-1

## **ANEXO V AO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP**

A empresa \_\_\_\_\_(razão social do licitante), com endereço na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_ vem, pelo seu representante legal infra-assinado declarar, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal